

CLAMADO E ACLAMADO: A VOSSA MAJESTADE
NA IMPRENSA CARIOCA DO SÉCULO XIX

Cried and acclaimed: Your Majesty in the 19th century Rio Press

Victor Henrique Diana da Silva¹

¹ Graduando do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: victorhenrique.rp@hotmail.com.

RESUMO

O artigo pretende compreender como a popularidade do imperador D. Pedro II foi afetada de 1875 até a Revolta do Vintém, na virada do ano de 1880, correspondendo aos cinco primeiros anos do periódico *Gazeta de Notícias*, a principal fonte histórica desse trabalho. Para isso, mapeou-se como a questão do imposto – motivo de insatisfação no passado e no presente – abalava a aceitação popular, que se fez presente nas páginas desse jornal em questão. O maior acontecimento envolvendo tal assunto foi a Revolta do Vintém, motivada pela cobrança de um imposto que incidia diretamente no preço das passagens de bonde do Rio de Janeiro, aumentando seu valor. Além disso, na classe política encontravam-se importantes contrapontos ao governo imperial, que promoviam ataques diretos na *Gazeta de Notícias*.

PALAVRAS-CHAVES: D. Pedro II – Imprensa – Imposto – Popularidade.

ABSTRACT

The article intends to understand how the popularity of the Emperor d. Pedro II was affected from 1875 until the revolt of the Jeep at the turn of the year 1880, corresponding to the first five years of the newspaper *Gazeta de Notícias*, the main historical source of this written work. For that, it was mapped out as the tax issue – reason of dissatisfaction in the past and the present – shook the popular acceptance, which was present in the pages of this newspaper. The biggest event involving this subject was the Revolt of the Vintém, motivated by the collection of a tax that had a direct impact on the price of the Rio's tram tickets, increasing its value. In addition, among the the political class were important counterpoints to the imperial government, which promoted direct attacks on the *Gazeta de Notícias*

KEY-WORDS: D. Pedro II – Press – Tax – Popularity

1 Da popularidade

O Brasil nos seus últimos anos passa por uma crise de representatividade, que afeta a percepção que a população tem de seus representantes, em especial aquele que ocupa o cargo de chefe do Executivo Nacional, o presidente. O Brasil de 2019 talvez podemos entender com posturas políticas muito bem definidas, com uma direita no poder e uma esquerda opositora, as quais agregam para si os partidos que ficaram pelo meio do caminho, os chamados centro, em especial para aqueles que hoje são situação.

Numa pesquisa de março de 2018, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, a pedido da Confederação Nacional das Indústrias – CNI,

revelou numa amostra de dois mil eleitores, entre 126 cidades brasileiras a porcentagem de aprovação do presidente Michel Temer. Entre os entrevistados, 89% não confiavam no presidente, 87% não aprovavam a maneira de governar e apenas 5% avaliavam o governo como bom ou ótimo, tornando o presidente o mais impopular da história desde a redemocratização, segundo a pesquisa histórica desse mesmo instituto.

Claro que, esses números foram reflexos do momento pelo qual a sociedade passava. Num jogo de possibilidades pode ser que esses números pudessem vir a ser diferentes. Porém, isso não é matéria desse trabalho. A impopularidade de Temer pôde servir como mote, demonstrando como um governo pode ser admitido pela sua população, como isso influencia no modo de governar e até mesmo nas escolhas a serem tomadas enquanto poder, por exemplo.

Ainda com Temer, o IBOPE ouviu sobre a percepção do noticiário sobre o governo (Ibidem). A percepção da maioria, 51%, foi de que as notícias eram em suma, mais desfavoráveis. Nisso, podemos perceber como a imprensa é um grande motor que dissipa opiniões e discussões acerca de um governo.

O governo mais impopular da história democrática brasileira foi inspiração para se investigar o Brasil num outro momento: quando se tinha outra forma de governo – monarquia –, quando a democracia era questionada, quando um rei era tatuado nos braços da população mais pobre mesmo após sua saída do trono, ao passo que parte da classe política o atacava. Que imperador era esse? Como a imprensa pode responder a interrogação da aceitação do imperador? Essas perguntas não pretendo responder por agora, mas ao decorrer do trabalho.

Este artigo será dividido em algumas partes. A primeira parte consiste em trazer o imperador, a fonte e discutir como a imprensa agiu ao longo do período do recorte selecionado: os objetos de pesquisa. Nesse momento inicial, autores como Lília Moritz Schwacz, em *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998) e José Murilo de Carvalho, em *D, Pedro II* (2007) foram importantes. Suas obras

discutiram a vida e imagem de D. Pedro II. Marinalva Barbosa, em seu artigo *Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro* (1997) e Nelson Werneck Sodré, no livro *História da Imprensa no Brasil* (1999) também auxiliaram nesse texto, discutindo a história da imprensa no Rio de Janeiro ao final do século XIX.

A segunda parte compreende o trabalho efetivo com a fonte. A partir dela, extraiu-se um tema que mexeu também com a popularidade daquele governo em vigor, que são os impostos. Eles estavam presentes também na insatisfação popular de 2018, quando se escrevia esse artigo: na pesquisa de março daquele ano, 90% dos entrevistados avaliavam com desaprovação essa área e era o que mais incomodava esses entrevistados. Colocar uma questão contemporânea nos tempos de outrora seria anacronismo. Porém, procurei respeitar os aspectos daquela época e busquei compreender se esse era a mesma preocupação do passado.

Adentrando mais ao assunto, tracei um panorama de uma revolta, motivada justamente por um imposto e que abalou a vida carioca entre os dias finais de 1879 e os primeiros dias de 1880. Para isso, historiadores como Sandra Graham, em *O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880* (1991) e Ronaldo Jesus, em artigo intitulado *A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia* (2006), ajudaram na interpretação dos fatos.

Por final, pretendi analisar como certos grupos políticos e ideológicos iam de encontro ao imperador, em especial os republicanos e liberais. Emília Viotti da Costa, em *Da monarquia à república: momentos decisivos* (1999) e Roberto Schwarz, em *Ao vencedor as batatas* (2000) foram essenciais para entender de onde esses grupos opositores vieram. Além disso, outras fontes, que não a imprensa, serão apresentadas ao longo do artigo, que auxiliarão nesse debate.

2 O Rei do povo, o povo do Rei

Pensar em popularidade é algo um pouco difícil. Mas quem disse que seria fácil? Quando me inspirei no presidente Temer para pensar sobre o imperador D. Pedro II, veio-me a dúvida do uso e difusão da palavra “popularidade”. Recorri, então, primeiramente ao dicionário de época: *O Dicionário da Língua Brasileira*, de 1832. Temos por definição: “Popularidade, s.f. qualidade de popular.” (PINTO, 1832, p. 860). Até aí não nos disse muito. Fui então até “popular”: “Popular, adj. Do povo. Que granjeia o povo. Que serve para granjear o povo. Bem visto do povo” (PINTO, 1832, p. 860).

Temos essas definições que nos ajudam a pensar o significado de popularidade. Embora o dicionário e as definições não sejam da década de 1870 ou 1880, que é o recorte selecionado desse trabalho, elas permitem afirmar que o significado atribuído à palavra “popularidade” estava bem próximo do que hoje significa. Explico: segundo o dicionário *Aulete Online*, tem-se o seguinte verbete: “(po.pu.la.ri.da.de) sf. 1. Qualidade de pessoa ou coisa popular. 2. Estima pública de uma pessoa ou coisa” (POPULARIDADE, 2018, on-line). Além disso, temos:

“(po.pu.lar) 1. Ref. ao povo, a ele pertencente ou dele proveniente (cultura popular). 2. Conhecido ou estimado pelo povo (político popular). 3. Que tem a aprovação ou apreço de várias pessoas (professor popular); FAMOSO. 4. Destinado ao povo (bibliotecas populares). 5. De baixo custo (casas populares); BARATO 6. Que é vulgar, de má qualidade, trivial; PLEBEU 7. Que é democrático (gestão popular).sm. 8. Homem do povo; ANÔNIMO: Um popular foi atropelado. sf. 9. Acomodação barata, em estádios desportivos.” (POPULAR, 2018, on-line)

Desse modo, percebemos a clara proximidade, senão a mesma, para ambos os momentos da nossa língua e uso. Porém, acrescida de novos significados atualmente. No uso na língua culta da época – e isso digo pesquisando nas edições da *Gazeta de Notícias* – não a empregavam em grande quantidade.

Na busca pela palavra “popularidade” na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, entre 1875 e 1879 contabilizou-se pouco mais de uma centena de resultados pelo buscador virtual. É um resultado muito escasso – se pensarmos que se têm mais de 350 edições por ano de circulação – e que pode levar o pesquisador a pensar na limitação de uso dessa palavra. O que pode ser sim uma constatação verdadeira. Não consigo afirmar, porém, como era o uso dessa palavra entre os falantes em situações do cotidiano. Podemos, então, pensar na popularidade não pela palavra em si e sua quantidade de uso, afinal esse nem é o objeto de pesquisa, mas sim como o seu significado estava atrelado ao Imperador.

Tentei então ver a popularidade de D. Pedro II e como a questão do imposto pôde ter afetado a imagem desse nosso imperador. Nessa jornada foi preciso contar com quem esteve pensando em D. Pedro, que buscaram em suas pesquisas aspectos da vida do imperador que vinham a favorecer ou não a sua imagem. Os pesquisadores José Murilo de Carvalho e Schwarcz, já apresentados, servem de base para o estudo, e veremos o porquê.

A obra de Carvalho tenta penetrar na vida de D. Pedro II, como que se quisesse saber como funcionava a mente desse governante. Servirá para o trabalho, uma vez que busca a ambiguidade da figura real: o D. Pedro II e Pedro de Alcântara – o homem público e o homem cidadão como qualquer outro, respectivamente. Não à toa que o autor se preocupa com os bilhetes e cartas trocadas, com as vontades do imperador (CARVALHO, 2007, p. 94), como ele fora educado (Ibidem, p. 26-33), etc, aspectos pertinentes à vida privada.

Para o autor, o isolamento, as viagens e a dedicação somente aos estudos provocaram uma imagem negativa da família real – pertinentes à construção da vida pública. Mas o que foi um marco muito importante é a revolta do Vintém, que marcaria uma novidade para o imperador: a insatisfação popular que batia à sua porta, literalmente, no final da década de 1870. Segundo o autor, o monarca ficara inquieto pelo uso de violência contra o povo a qual presenciou durante a revolta

(Ibidem, p. 176-177), na tentativa de manter um diálogo com ele mesmo. Segundo José Murilo de Carvalho, D. Pedro II era acostumado aos aplausos das festas, das procissões, das visitas, que marcariam certa solidez de governo (Ibidem, p. 179).

Porém, mais para frente no tempo – e extrapolando nossa base temporal –, na proclamação da República, quando a popularidade do imperador estava em alta, ser popular não adiantaria. Mesmo sendo o momento de maior popularidade, devido à abolição da escravidão, isso só serviu para a monarquia permanecer no imaginário como redentora, uma vez que o jogo político e de interesses falariam mais alto.

O livro de Lília Schwarcz possibilita pensar como a monarquia brasileira se transformou ao longo do reinado de D. Pedro II e como os atos de governo vão refletir no imaginário popular. A autora inicia a obra colocando em discussão como os regimes de governo se impõem no imaginário social, com seus credos e utopias (SCHWARCZ, 1998, p. 32), e de como isso fora exercido em sociedade: a chamada teatralidade da realeza, que é como ela se afirmava e se impunha perante seus súditos, através da exploração da imagem do Rei (Ibidem, p. 47-48). A autora afirma com base em estudos estrangeiros (de Marc Bloch e Clifford Geertz) e é a partir deles que ela busca tais indícios dessas afirmações no Império brasileiro.

A Guerra do Paraguai foi o apogeu de D. Pedro II e mexia com o imaginário da população: a figura do "rei guerreiro" (Ibidem, p. 617). Logo, é a partir dela que a monarquia sofre com a decadência e desgaste: a guerra tinha custado ao imperador os últimos traços de jovialidade: “[...] a tensão em sua face e os primeiros sinais de uma barba que, como diziam, teria ficado branca nesse contexto.” (Ibidem, p. 662).

A representação do rei guerreiro cedeu espaço ao “monarca cidadão”: D. Pedro II perdia o caráter grandioso e se misturava aos súditos. O Rei deixava de ser um aclamado de Deus, e passaram a vê-lo como uma caracterização de mais um civil mortal (Idem, p. 667). Somado a isso, a simplicidade da família real aprofunda os traços de decadência da monarquia, que era também uma tentativa de construção da imagem do “rei mecenas”, sempre junto a um livro, um homem de trajes simples,

sem pompas ou luxo extremados, a autora usa de novo o sentido de teatralidade (Ibidem, p. 770).

É nesse momento ainda que a fotografia é usada como aparato para propagar a monarquia. (Ibidem, p. 747). Talvez no exterior isso funcionasse, mas no país a monarquia se mostrava frágil, deixando em evidência as contradições: viagens em excesso ao exterior no momento que, por exemplo, a escravidão reinava no país, como que se tivesse apatia aos assuntos internos. Daí que vinha o “Pedro Banana”, além do evidente declínio popular que o acomete até a abolição (Ibidem, p. 789).

3 A popularidade, a imprensa: Gazeta de Notícias

Para falar de um campo de investigação, é necessário de antemão fazer um reconhecimento da área que vai se pisar – com a imprensa não seria diferente. Saber o papel da imprensa é fundamental. Segundo Barbosa, a imprensa revela uma relação de poder.

Um aspecto notável dela é o domínio sobre a língua, o qual possibilita padronizá-la. Eis o poder da palavra e do discurso. Se os periódicos usam da linguagem escrita para a comunicação impressa, é como se ela fosse o local de circulação da verdade, importante meio que ligava o público com a política. Isso conferiu grande poder de participação na sociedade a esses jornais (BARBOSA, 1997, p. 95-98).

No entanto, Tânia Regina de Luca em seu texto *A História dos, nos e por meio dos periódicos* (2005) nos faz uma ressalva em relação ao que constava nas páginas desses periódicos: tudo o que está impresso nas páginas da imprensa é determinado por certos interesses e a análise do discurso deve dar conta dessas intenções (LUCA, 2005, p. 139). Isso porque os jornais se relacionam com vários grupos importantes, como “instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (Ibidem, p. 116). E isso tudo afeta o que é impresso em suas páginas. Podemos então pensar que a

participação na sociedade, dita por Barbosa, teria certa limitação, orientada pelos interesses das relações econômicas desses jornais.

O jornal selecionado para o trabalho é a *Gazeta de Notícias*. Para este estudo, selecionou-se os anos iniciais de circulação do periódico. O jornal em questão se torna importante, pois segundo Sodré, esse diário carioca foi o sinal da mudança de comportamento dos jornais que circulavam no país. De acordo com o autor, seu surgimento é um “fato jornalístico” (SODRÉ, 1999, p. 224). Surgiu na cidade do Rio de Janeiro em 1875. A partir disso, podemos endossar o comentário de Luca, pois além das instituições, as áreas de difusão dos periódicos não devem ser esquecidas durante a análise. No nosso caso, o jornal encontrou na Corte um lugar propício para circulação. Clara Miguel Asperti atribui um maior número de jornais na capital do império, em relação ao interior, pois, segundo ela, tinha a maior população e tinha o maior número de letrados que contribuíam para composição dos jornais (ASPERTI, 2006, p. 46).

Interessante ainda é notar como a imprensa pode sim moldar a opinião pública, mas como ela está também servindo aos desejos do seu público. Para crescer em popularidade foi preciso atender a demanda do público que lidava com esses periódicos – o que para esses jornais também era importante para competir com jornais rivais:

“[...] afirmamos que as reformulações gráfico-editorial desses veículos – com destaque para a valorização do folhetim, num primeiro momento, e num segundo instante das crônicas e comentários; dos acontecimentos violentos; do uso em profusão das ilustrações ao lado do texto, bem como dezenas de outras estratégias administrativas e editoriais, visavam torná-los mais acessíveis a um número maior de leitores [...]” (BARBOSA, 1997, p. 97)

Vale ressaltar ainda que quando se diz “leitores”, está incluso um universo maior do que aqueles que sabem ler signos e interpretar seus significados, ou seja, estão incluídos os alfabetizados, mas também se inclui os analfabetos. Isso porque, como mostra Sodré, a leitura podia ser variada, com diferentes intuítos e de diferentes formas – em voz alta, em

grupo, em família, etc (SODRÉ, 1999., p. 243). Cria-se na cabeça a imagem semelhante às reuniões para assistir às telenovelas atuais, filmes ou séries, mas com a diferença que o poder de anúncio vai das folhas impressas para a pessoa que lê, que por sua vez o espalha, levando a escrita àquelas pessoas que não podem ler; diferente das telenovelas: todos que estejam com suas habilidades visuais e auditivas em perfeito estado não precisam de um mediador, a não ser o televisor.

Embora Luca defenda que para a imprensa, seu alcance era diminuto devido às altas taxas de analfabetismo (LUCA, 2005, p. 133), mesmo intervindo no espaço público, não exclui a ideia anterior de Sodré. Isso porque, a autora parte da premissa do teor comercial da imprensa, ao passo que Sodré busca entender as relações sociais que a imprensa podia abarcar, e essas relações diziam respeito também aos analfabetos. Em suma: o debate que estava na imprensa do final do século XIX chegava aos diferentes públicos, no entanto, o comércio e a venda de um estilo de vida nos jornais daquele século era diminuto, se comparado ao século XX (LUCA, 2005, p. 129), porque o intuito daquela imprensa oitocentista não era somente comercial, mas de estar em debate (Ibidem, p. 133).

Quando surgiu, na edição primeira, do dia 2 de agosto de 1875, os editores da *Gazeta de Notícias*, na coluna do jornal nomeada *Folhetim*, se desfizeram de qualquer compromisso ou de qualquer programa para não se saírem como falastrões. Para ilustrar isso, usam uma anedota: um tal rei havia prometido uma constituição ao seu povo. Passados anos, o povo cobrou-o de tal promessa. O Rei respondeu ao seu povo que fossem para casa, pois havia sim prometido, mas não disse para quando. Assim, os editores não seriam iguais ao monarca em questão e não tomariam partido já de início, para não se contradizerem em sua vida jornalística (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 1875).

A nossa fonte permite reafirmar o teor dito doutrinador que Luca escreve sobre a imprensa do século XIX, como dito anteriormente. Os editores ainda não se sentiam confortáveis em se expor dizendo para que vieram. Entretanto, não podemos afirmar que isso seja sinal de imparcialidade, muito pelo contrário. Faço uma leitura

de que estavam esperando o momento para poderem se posicionar. Perceber qual o posicionamento desse periódico é uma das funções deste trabalho.

4 Os Impostos na Corte e no jornal

Antes ainda, é preciso entender que a cidade do Rio de Janeiro era considerada Município Neutro. Isso significava que seus regimentos eram à parte da província do Rio de Janeiro, tendo autonomia, inclusive no que diz respeito aos impostos. Isso foi definido pelo Ato Adicional de 1834, que separou as obrigações de Províncias das obrigações dos Municípios. Porém, se colocou uma determinação já no artigo primeiro:

“Art. 1º O direito, reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição, será exercido pelas Câmaras dos Distritos e pelas Assembleias, que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de: Assembleias Legislativas Provinciais.

A autoridade da Assembleia Legislativa da Província em que estiver a Corte, não compreenderá a mesma Corte, nem o seu Município” (Lei nº16, 1834).

Atentamos para a data: 1834, período ainda da Regência. Entretanto, isso colocou D. Pedro II, após sua posse, como administrador direto da Corte brasileira. O que, claro, traria consequências para sua imagem perante a população. Essa lei está dizendo, em outras palavras, que quem irá intervir nos negócios do Município Neutro do Rio de Janeiro será diretamente a corte e não as Assembleias Legislativas da Província. Não seria os legisladores provinciais do Rio de Janeiro (comparados aos deputados estaduais de hoje) que iriam intervir sobre o social, economia e direitos, mas sim o órgão geral que estava instalado na capital, na figura dos regentes (depois viria a ser D. Pedro II).

Dessa maneira, “(...) separou a Corte do resto da Província do Rio de Janeiro, passando esta a ter autonomia e jurisdição próprias, sendo sua presidência e Assembleia Legislativa criadas ao mesmo tempo e encarregadas da legislar sobre a administração, a justiça e a divisão eclesiástica.” (PINTO, 2015, p. 2)

Partamos agora para o resultado da busca pela palavra “imposto” e “impostos”, que revelou algumas características gerais. Em suma, constatei uma obviedade: observou-se que pagar imposto nunca foi de bom grado para quem pagava. Se o pagamento do imposto não era percebido na vida cotidiana com melhorias na sociedade a qual viviam, pior ainda. Isso porque reclamações da má qualidade de serviços públicos, como limpeza, foram encontradas no jornal, por exemplo.

Mas fato é: a figura do imperador, ao que se aponta, não era diretamente afetada pelo pagamento de impostos. Figuras que estavam em contato direto com ele e que administravam o uso dos impostos eram mais cobradas e impopularizadas, em especial os ministros da corte. Vamos às ocorrências:

Na edição do dia 24 de agosto de 1875, apareceu uma comparação e sensação de injustiça. Segundo o trecho visto, na lei de impostos da China sofre castigo quem faz o pobre pagar e o rico não e se insere então uma reflexão: “Se entre nós se aplicasse a mesma lei, quantos milheiros de bastonadas estariam dados?” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 3, 24 agosto 1875). A situação esteve em conversa com outro trecho, publicado no dia 28 de outubro do mesmo ano, sob a assinatura de “Aymort”, o qual denunciava os abusos da elevação de preços dos alimentos provocados pelos empresários do ramo, enquanto o governo nada fazia em relação ao assunto, mas só criava impostos para um povo sofrido: “[...] Só temos governo para fazer eleições, lançar impostos pecuniários e de sangue, e tolerar monopolistas de gêneros alimentícios, de enterramento de cadáveres e sublocadores de prédios.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 3, 28 outubro 1875). Percebe-se, pois, que há uma antagonização

entre dois polos – governo e povo, provocados, porém, por um agente, que é o imposto.

A noção de povo sofrido, deixado ao descaso, é ressaltada na coluna *Publicações a pedido*, no dia 13 de junho de 1876, assinada por “Argos”, o qual cobra dos ministros as obras públicas não realizadas de iluminação pública e de água potável, no Morro do Pinto. Enquanto as obras não se realizavam, reclamava ele, os impostos eram pagos sem nenhum retorno. Esperava ele que o imperador tomasse uma providência (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.2, 13 junho 1876). Em 1877, porém, o problema não havia sido resolvido: no dia 4 de janeiro, o pedido era reforçado, dessa vez sem assinatura, para que as águas chegassem aos moradores, que pagavam seus impostos, mas que nada recebiam (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 4 janeiro 1877).

O imposto representava ainda um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Em relação à agricultura, no dia 22 de janeiro de 1876, houve um trecho sem assinatura no qual parabenizava os agricultores de Pernambuco. Dizia-se que o açúcar encontrava dificuldades de se desenvolver devido aos poucos equipamentos para cultivo e também aos impostos que deixavam o “nosso açúcar desacreditado e corrido das praças consumidoras” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 22 janeiro 1876). Ainda nesse trecho, havia o desejo do corte do imposto de exportação, através de implementação de uma lei, mas que para ele as leis também seriam desacreditadas. Parabenizou os pernambucanos, pois fizeram do café seu grande motor, o que ele não diz, porém, se os impostos que incidiam para a produção e circulação dessa província eram menores ou iguais àquela.

Ainda no ramo do desenvolvimento econômico, no dia 29 de março do mesmo ano o jornal traz o seguinte excerto:

“O Paulista de Taubaté diz constar-lhe que a câmara de Pindamonhangaba pretende lançar um imposto sobre a nascente navegação do Alto Paraíba, e pede-lhe que reconsidere este ato. Tem razão o Paulista. Os impostos nas empresas nascentes sufocam

quando mais elas precisam de proteção para se fixarem e desenvolverem.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 29 março 1876.

Embora os dois últimos casos não sejam do âmbito da corte, mas sim de províncias, são importantes, pois se pode perceber que o imposto é algo que incomoda não só uma parte da população em relação a uma governança específica, mas uma queixa das governanças em geral.

Quando se lançou um imposto sobre as acomodações escolares, alguém que assina como Octaviano Hudson mandou em 1877, no dia 29 de janeiro, um texto intitulado *Os professores públicos*, atacando os ministros do império, sendo o imposto, ironicamente dizendo, um “belo incentivo a instrução pública do país, dado pelo muito incapaz ministro do império” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 3 29 janeiro 1877), pedindo a saída dele do cargo. O nome da princesa era lembrado nesse momento, pois assistiria a provas nos colégios públicos, mas do imperador não se citou.

5 A Virada da Fúria: 1879-1880, imposto ameaçado de morte

O ano de 1879, porém, foi o mais emblemático no recorte de 1875 a 1880. Acontece no final desse ano uma revolta que tomou conta dos assuntos da cidade. A Revolta do Vintém ocorreu a partir da implementação de um imposto no valor de vinte réis, que serviria para aumentar a receita da Coroa e cobrir gastos.

Ronaldo Pereira de Jesus faz um panorama da revolta em seu artigo *A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia*. Segundo o autor, o novo imposto já não era bem visto antes da sua implementação. No começo de dezembro de 1879 já se comentava da injustiça que o imposto seria, pois, como seria cobrado de forma igual, tanto de classes abastadas que fariam uso do bonde, como dos mais pobres, haveria uma desproporção, logo tornou-se impopular (JESUS, 2006, p. 75-76).

No dia 28 de dezembro, Lopes Trovão, um médico carioca com ambições políticas, liderou um aglomerado para um comício contra o novo imposto. Seguiram

até o Palácio da Boa Vista para falar com o imperador, o qual não aceitou o diálogo num primeiro momento, barrando os manifestantes com força policial. Segundo a historiadora Sandra Lauderdale Graham, o imperador fez uso da imagem da força e amedrontamento para se esquivar de um debate público. Na concepção dos que estiveram a frente do movimento de contestação, o imperador só se distanciava e sua autoridade se enfraquecia (GRAHAM, 2011, p. 217).

No primeiro dia de 1880, houve o primeiro enfrentamento efetivo na cidade. Sob a voz de Trovão, outro grupo se juntou, de início, pacificamente. Se moveram até as ruas do Centro e começaram a depredação dos bondes:

“Em sinal de protesto contra a cobrança do vintém os manifestantes tomavam os bondes, espancavam os condutores, esfaqueavam os animais usados como força de tração, despedaçavam os carros, retiravam os trilhos e, com eles, arrancavam as calçadas. Em seguida, utilizando os destroços construía barricadas e passavam a responder à intimidação da polícia ‘com insultos, pedradas, garrafadas e até com tiros de revólver’.” (JESUS, opus citatum, p. 07)

Ao final desse dia, houve um total de três mortos, resultado da intensa truculência trocada entre manifestantes e as forças policiais. Graham lembra que na Revolta do Vintém, o grupo que participou dos comícios e do motim eram distintos. Enquanto os primeiros (do comício) aparentemente tinham suas vidas atingidas diretamente em relação ao novo imposto, os que depredaram não se encaixariam no perfil que utilizaria de forma contínua o bonde, portanto mais pobres, que não teriam condições de fazer uso desse transporte (GRAHAM, 2011, p. 222).

A classe política, após o ocorrido, recuou na posição de apoiar o novo imposto. Antes defendiam. Sem o apoio dos idealizadores, os protestos se seguiram até que ao fim do dia 3 de janeiro tudo se acabava. Os idealizadores, dentre eles Lopes Trovão, foram presos, mas conseguiram *habeas corpus* sendo liberados em seguida. O clamor para a suspensão do imposto do bonde continuou dias depois, porém não deixou de ser cobrado naquele instante.

No jornal *Gazeta de Notícias*, desde o começo do mês de dezembro de 1879, se falava sobre o imposto em primeira página. A coluna *Assumpto do dia*, no dia 2 daquele mês, falava da odiosidade daquele novo imposto (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.1, 2 dezembro 1879). No dia 21, na mesma coluna, respondia-se ao *Diário Oficial*, o qual, segundo a *Gazeta de Notícias*, defendiam o novo imposto. Aquele teria dito que o periódico *Gazeta de Notícias* cometia uma injustiça com a opinião declarada sobre o imposto ser odioso (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 21 dezembro 1879). A *Gazeta de Notícias* respondeu que eles não tinham opinião alguma e que na verdade refletem apenas o que a opinião pública reverberava. Aqui nesse ponto, podemos resgatar o que Marinalva Barbosa dizia sobre ser o local da verdade. O jornal aqui se colou como imparcial, no entanto, é clara a defesa da ideia de que o imposto soou para os editores como negativo, como o termo *odioso* empregado, sem ressalvas. O debate político estava posto claramente.

Na mesma resposta de quase meia folha da primeira página do jornal, houve rebates de questões legais, mas que não vem ao caso. Além disso, havia em outras partes da página, citando o Sr. Lopes Trovão, o qual realizaria uma conferência falando sobre o imposto do vintém, bem como indicação de leitura de outro jornal que trazia uma matéria sobre o tema. Ainda na mesma edição, na coluna *Variedade*, na segunda página, assinada por Flaubert, o artigo trazia exclamações contra o imposto: “Não! Nunca! Isso é intolerável! Esse imposto grosseiro, impertinente, ridículo, sujo, sujo sobre tudo, que suja a mão de quem recebe [...]” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 21 dezembro 1879). E, é claro, a publicidade não ficaria de fora da situação: o estabelecimento de música dos Srs. Narciso vendia “Polka Burlesco-Chula para piano” por dez tostões – que é mais caro que o vintém – mas em contrapartida valia a pena (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 5, 21 dezembro 1879). O que chama atenção é como o tema ocupou o jornal: se não em lugar de destaque como na primeira página, esteve em vários lugares ao longo do jornal, colocando o tema em posição de grande importância e com recorrência.

Além disso, ao longo do mês sempre havia a expectativa sobre o início da cobrança, como se fossem pequenos lembretes, por exemplo: quando da cunhagem de mais moedas de vinte réis para facilitar o pagamento do imposto (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 2 DEZEMBRO 1879) e quando a lei já estava pronta para implementar (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 dezembro 1879).

6 Classe política, ideologia e impostos

É notável a atuação desse diário em meio às questões políticas. Sodré avalia o período – segunda metade do século XIX – como momento de agitações políticas. Não à toa que vozes como de Lopes Trovão, que era um republicano, estavam presentes nos jornais: o clima político esquentava, à medida que novas vozes tomavam conta do poder da palavra (SODRÉ, 1995, p. 231). A oposição ao regime de D. Pedro II assim ganhava corpo e meio de se comunicar.

E não era só Trovão que deu o que falar. Em 1875, na coluna *Publicações a pedidos*, um nome se fazia presente no início do jornal *Gazeta de Notícias*: Ganganelli – que se revelou como sendo Joaquim Saldanha Marinho – assinando artigos intitulados *A Igreja e o Estado*. Dentre os vários que apareceram no ano de 1875, o que mais chamou a atenção foi o do dia 19 de outubro.

Os artigos em si surgem não com o intuito de falar sobre os impostos, mas com a intenção de se debater sobre a Questão Religiosa e publicados em outro jornal, o *Jornal do Commercio* (DE ALMEIDA PINTO, 2016, p. 429). Jefferson de Almeida Pinto, em seu artigo *Contra o mundo da desordem, a favor do mundo do governo: a aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834*, explica a situação: a Igreja era subalterna ao Estado monárquico brasileiro, através do beneplácito, que é uma licença ao imperador para mandos dentro da Igreja no Brasil. Segundo o autor, alguns bispos do Pará e de Pernambuco teriam desrespeitado tal dispositivo constitucional, sendo condenados e presos. É então que Saldanha Marinho irá fazer

da sua coluna um grande discurso de acusação do imperador e do sistema político do país, em especial, quando se dá a anistia a esses bispos (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 30 setembro 1875).

O discurso empregado na coluna se baseava essencialmente em acusar o imperador de fragilizar a soberania nacional e de que o modelo imperial era falido. Vamos aos dias 27, 28 e 29 de outubro de 1875, da *Gazeta de Notícias*, que traziam em suas páginas a reprodução de um número das cartas de Saldanha Marinho. Diz como o imperador se torna um traidor:

“A última palavra do governo do Imperador é, portanto, em detrimento do grave preceito político da Constituição do Estado, isto é – o governo do Imperador, subserviente às exigências de Roma, desvirtuou o direito de beneplácito! (...) com isso proclamou o papa Rei do Brasil, e nulificou a soberania nacional! Se, pois, o governo do Imperador não é de uma imbecilidade sem par, constituiu-se o destruidor do sistema, e é manifestamente TRAIADOR.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 27 outubro 1875)

Saldanha Marinho se refere ao Beneplácito Régio, o qual institui ao monarca a obrigação de aprovar ou não as ordens papais sobre o clero brasileiro. O autor dizia que o Imperador traía a nação, quando deixava o papa se sobrepor às vontades do próprio imperador, ao acatar o pedido de anistia aos referidos bispos. Logo, o imperador teria se desfeito dos mecanismos que funcionam na Constituição do Império do Brasil, como é o caso do Beneplácito Régio (CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL, 1824, Inciso XIV do art. 102) sendo, portanto, um destruidor da nação e de seu povo.

A construção dos ataques ao governo também passou pelo setor econômico: ao falar das contas do governo, Marinho entrou, finalmente, na questão da arrecadação de impostos (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 1875). Para ele, o governo construía-se de impostos, que pela centralização política, não eram repassados aos municípios, os quais achavam-se em descaso. Arrematando o assunto dos impostos

que se abordou, essa poderia ser uma justificativa para as qualidades dos serviços públicos da cidade do Rio de Janeiro, o qual se tanto reclamou ao longo da década de 1870 no diário em questão? É possível, mas uma afirmação assim seria no mínimo precipitada, pois ainda faltam mais fontes que consolidem essa ideia. Isso, porém, era sim uma justificativa na visão de Saldanha Marinho.

As visões desse homem são liberais, e assim ele diz: “Assim, pois, é claro que uma vez dado o movimento que no campo religioso, e em relação á Igreja romana se tem operado ao Brasil, os efeitos políticos, a vitória das ideias liberais, os direitos do homem triunfarão infalivelmente.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 29 outubro 1875)

Mas qual a origem desse movimento no Brasil? Costa e Schwarz trazem as contradições da presença dos liberais no Brasil. Costa destaca que os liberais faziam oposição, a partir da Regência, com os projetos abolicionistas. Detalha ainda quem eram os liberais na sociedade brasileira do século XIX: artesãos, pequenos comerciantes, com apoio de médicos, advogados, jornalistas, negros livres e libertos. Segundo a autora, as elites do poder agiam para conter os liberais, com a força da Guarda e do Exército, consolidando sua hegemonia. Por um período, houve certa disposição das elites em harmonizar as convergências políticas dos dois grupos de poder. Questões essenciais como escravidão foram sendo levadas adiante pelo revezamento de poder que se passou a ter entre liberais e conservadores (COSTA, 1999, p. 10-11).

No entanto, a autora ressalta a flexibilidade do modo de atuação de alguns que eram liberais no início de carreira e se tornaram conservadores. Dessa forma, os que poderiam fazer oposição eram cooptados pela elite: o clientelismo causou uma aparente pacificidade nacional, explica isso quando diz que “As lutas políticas se definiram em termos de lutas de família e suas clientelas. A ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva e o bem público confundia-se com os bens pessoais.” (COSTA, 1999, p. 12).

Grupos liberais que tomavam o poder, no contato com a realidade política, faziam perder seu caráter revolucionário, mantendo privilégios e concentração de poder. Isso é evidenciado, quando a historiadora diz que o liberalismo europeu não é o mesmo que o brasileiro, pois ele foi adequado às condições do país. (Ibidem, p. 132-133).

Schwarz evidencia as contradições liberais do início do século XIX, como o apoio à escravidão e as relações de favores. Para ele, no Brasil havia uma “comédia ideológica” (SCHWARZ, 2000, p. 12). No que se refere às ideias liberais, ele diz que foram empregadas na independência – com a ideia de liberdade da nação –, na economia agrária e de comércio externo – prevendo o lucro –, mas se chocava com a escravidão.

Costa mostra ainda que a independência, aos olhos liberais brasileiros, representava a luta contra o sistema colonial e tudo aquilo que podia ser de prejudicial aos interesses econômicos, dando às máximas como “liberdade de expressão”, “soberania do povo”, etc, novas conotações. Essas conotações eram específicas aos interesses desses liberais brasileiros: “Lutar pela soberania do povo era lutar por um governo livre de ingerências estranhas, independente de favores e imposições arbitrárias da Coroa portuguesa. (...). A luta contra o absolutismo era, aqui, em primeiro lugar, luta contra o sistema colonial.” (COSTA, opus citatum, p. 135)

Quando se tratava das liberdades pessoais, o liberalismo brasileiro entrou numa grande contradição: a instituição da escravidão, que se dizia combativa a ela, a toleraram até o final do século XIX, mesmo estando no poder durante o Segundo Reinado. Além disso, a escravidão também esbarrava na prática de produção que era prevista no liberalismo: a produtividade em menos tempo – na escravidão, exigir disciplina do escravo com o exercício da autoridade do senhor demandava tempo, logo, tinha-se uma produção com tempo dilatado e menos eficaz (CARDOSO apud SCHWARZ, 2000, p. 14).

Sendo assim, podemos perceber que o liberalismo alavancou num momento de mudanças de comando dessa região do mundo, o que ia se tornando o que conhecemos como Império do Brasil. Como mostra os autores, inspirados no liberalismo europeu, o liberalismo brasileiro não privilegiava a liberdade do homem, mas os interesses econômicos os quais seus integrantes faziam parte.

Até meados de 1860, havia o que se chama de *Conciliação*: A partir do Período Regencial, até metade do século XIX, não se diferenciava os dois grupos de poderes no Império, pois as pautas eram as mesmas, quando um dos dois estava no poder, ocasionando as situações descritas anteriormente (COSTA, 1999, p. 158).

Esse foi o histórico do início desse movimento. No entanto, quando se compreende a década de 1870, os fatos são outros. A partir da derrubada do governo liberal em 1868, que colocou os conservadores no poder, desencadeou-se uma crise política e o tom dos liberais mudou e passaram para um tom totalmente reformista. Momento no qual insurge os republicanos, que não diferiam dos liberais, a não ser pelo desejo da efetiva troca do sistema político – nem mesmo o fim da escravidão era um consenso entre os republicanos. Liberais e republicanos se confundiam em suas propostas que, basicamente, eram: “minar as estruturas de poder que sustentavam as oligarquias tradicionais, limitar a influência do governo no setor privado e incrementar a autonomia provincial.” (Ibidem, p. 163).

Não à toa que nomes como o de José Lopes da Silva Trovão e Joaquim Saldanha Marinho estavam presentes no Manifesto Republicano de 1870. Homens que vieram a proclamar contra o imperador, em defesa do povo. Em resumo, o manifesto vinha criticar a usurpação de poder que a centralização política ocasionaria ao país – defesa da democracia e convocação de uma Assembleia Constituinte para implementação da República.

O manifesto nega que ao longo da história do Império houvesse democracia. À exemplo disso, a ânsia pela Constituição, quando na época da independência, foi ceifada, pois D. Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte e outorga uma nova

Constituição à revelia dos constituintes (MANIFESTO REPUBLICANO, 1870, p. 4). Segundo republicanos, embora o início do período da Regência fosse fator importante que marcaria a descentralização política através do próprio Ato Adicional de 1834, no Segundo Reinado a soberania nacional continuou substituída pela vontade de um homem, D. Pedro II.

7 "Nem o Imperador, nem sua filha, terão força para reabilitar esse reinado"

Percebeu-se que aqueles que escreviam no jornal, pessoas fora da produção, estavam a par das funções da Coroa, como era o caso dos impostos incidentes no Município Neutro. Isso se põe a prova, quando caminharam até ao Palácio da Boa Vista para cobrar do Imperador o que achavam justo, a supressão do imposto do Vintém, em 1880. A população mais pobre também se inclui nisso, pois ela se fez agregar aos oradores que chamavam à marcha. Mas não só: se puseram a gritar suas vontades pelas ruas cariocas, da forma que fizessem ser vistos e ouvidos, nem que isso significasse morrer.

Foram das ideias contraditórias que surgiu o movimento liberal, o qual dá origem também ao republicano. Mas as ações de Marinho e Trovão dizem respeito a outra fase de atuação, quando as ideias combativas conseguiam se consolidar em jornais também combativos, que traziam à baila o debate político e as contradições, como já citado anteriormente.

Conclui-se assim, que a classe política tentava se conectar aos anseios da população e vender suas ideias aos que estavam insatisfeitos com os rumos que havia na condução do zelo à cidade e ao povo, uma vez que não viam os impostos convertidos em bem-feitorias para o próprio povo. Há uma compilação dos textos escritos na década de 1870 da coluna *A Igreja e o Estado*, com alguns dos textos que circularam na imprensa, a qual ultrapassa mais de 500 páginas, onde Saldanha Marinho se deu ao trabalho de mostrar o que para ele seria prejudicial ao país

mantendo a monarquia, acreditando que salvaria a pátria da perturbação religiosa – obscurantismo. Pelo menos é isso que deixa claro na carta *Ao Leitor* do livro (GANGANELLI, 1873, p. 3-6). Já Trovão assinara o manifesto republicano e anos depois seria porta-voz contra a exploração do povo numa Revolta aparentemente malsucedida, mas que seria um passo importante para a vida política fluminense – segundo Graham, a partir da Revolta do Vintém, a política tomara as ruas e o modo de fazer política se transformou, e isso ecoaria ao longo dos anos (GRAHAM, 2011, p. 231). Nisso, a imprensa esteve sempre presente, divulgando as ideias.

A imprensa, em especial a *Gazeta de Notícias*, naquele momento, reunia consigo um acervo de ataques ao Império e ao imperador. A Revolta do Vintém foi um sintoma que pode evidenciar uma queda de apreço pela monarquia. Naquele momento, não se sabia que viria uma abolição e que a figura da Família Real seria pintada como redentora, caindo em graças populares. Mas antes disso, D. Pedro II era difundido na década de 1870 como alguém que não conseguiria mais levar monarquia adiante: o país já teria perdido sua compostura e só aguardava o fim do caos. Dizia Ganganelli (Saldanha Marinho): "Nem o Imperador, nem sua filha, terão força para reabilitar esse reinado" (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 28 outubro 1875). A força da crítica dos republicanos à monarquia, como essa, dava sinais de que poderia ser o começo do fim de uma era.

REFERÊNCIAS

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 45-55, 2006. DOI: <https://doi.org/10.12957/contemporanea.2006.17576>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17576/12953>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 20, n. 2, p.87-102. jul./dez.1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v20i2.945>. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/945/848>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Constituição de 1824, Inciso XIV do art. 102. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>>. Acesso em: agosto 2018.

COSTA. Emília Viotti da. Introdução. In: _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DE ALMEIDA PINTO, Jefferson. O processo de anistia aos bispos da “Questão Religiosa”: Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. v. 8, n. 3, p. 426-451, 2016. DOI: [10.15175/1984-2503-20168301](https://doi.org/10.15175/1984-2503-20168301). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337347547002>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

GANGANELLI. **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. et Const. De J. C. de Villeneuve & C. 1873.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 23, 24 agosto, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 60, 30 setembro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 87, 27 outubro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 88, 28 outubro, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 89, 29 outubro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1876, edição 22, 22 janeiro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1876, edição 88, 29 março, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1876, edição 163, 1876, 13 junho, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1877, edição 4, 4 janeiro, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1877, edição 28, 29 janeiro, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879, edição 331, 2 dezembro, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879, edição 336, 7 dezembro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879, edição 350, 21 dezembro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>

Acesso em: ago. 2018.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880**. Revista Brasileira de História, v. 10, n. 20, mar./ago. 1991.

IBOPE. Pesquisa CNI-IBOPE: **Avaliação do governo**. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/72-avaliam-governo-temer->

negativamente-patamar-permanece-o-mesmo-de-dezembro/>. Acesso em: agosto 2018.

JESUS, Ronaldo Pereira. A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia. **História Social**, ano 12, 2006, n. 12, p. 73-89, 2006. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/197/189>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.111-153.

Manifesto Republicano de 1870. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf>. Acesso em: agosto 2018.

PINTO, Clarice de Paula Ferreira. Contra o mundo da desordem, a favor do mundo do governo: a aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2015, **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421500_ARQUIVO_Contrao_mundodadesordem,afavordomundodogoverno-aaprovacaodaleideInterpretacaodoAtoAdicionalde1834.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832.

POPULAR. Dicionário online Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/popular>> Acesso em: nov. 2018.

POPULARIDADE. Dicionário online Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/popularidade>> Acesso em: nov. 2018.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000183.pdf>>. Acesso em: março 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades, 2000. p. 9-31.

SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. In: _____. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1999. p. 181-249